

**LEI Nº 1370/66**(Regulamentada pelo Decreto nº 8865/2009)(Vide Lei Complementar nº 509/2005)**CRIA O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. - SAMAE**

CARLOS CURT ZADROZNY, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica criado, como entidade autárquica municipal, o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (SAMAE), com personalidade jurídica própria, sede e foro na cidade de Blumenau, dispondo de autonomia econômico-financeira e administrativa dentro dos limites traçados na presente lei.

**Art. 2º** O SAMAE exercerá sua ação em todo o Município de Blumenau, competindo-lhe, com exclusividade:

- a) estudar, projetar e executar, diretamente ou mediante contrato com organizações especializadas em engenharia sanitária, as obras relativas à construção, ampliação ou remodelação dos sistemas públicos de abastecimento de água potável e de esgotos sanitário, que não forem objeto de convênio entre a Prefeitura e os órgãos federais ou estaduais específicos;
- b) atuar como órgão coordenador e fiscalizador da execução de convênios firmados entre o Município e órgãos federais ou estaduais, para estudos, projetos e obras de construção, ampliação ou remodelação e os serviços públicos de abastecimento de água e de esgotos sanitários;
- ~~c) operar, manter, conservar e explorar, diretamente, os serviços de água potável e de esgotos sanitários;~~
- c) operar, manter, conservar e explorar diretamente o serviço de abastecimento de água e o serviço de esgotamento sanitário, podendo este último ser prestado mediante regime de concessão ou permissão de serviço público; (Redação dada pela Lei Complementar nº 695/2008)
- ~~d) lançar, fiscalizar e arrecadar as tarifas dos serviços de água e esgotos e as taxas de contribuição que incidirem sobre terrenos beneficiados com tais serviços;~~
- d) lançar, fiscalizar e arrecadar as tarifas dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário e as taxas que incidirem sobre terrenos beneficiados com tais serviços; (Redação dada pela Lei Complementar nº 695/2008)
- e) exercer quaisquer outras atividades relacionadas com os sistemas públicos de abastecimento de água e de esgotos, compatíveis com leis gerais e especiais.
- ~~f) conceder e fiscalizar os serviços de coleta, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos urbanos;~~ (Acrescido pela Lei Complementar nº 347/2001 e Revogado pela Lei Complementar nº 347/2001)
- g) lançar, fiscalizar e arrecadar a taxa de coleta de lixo. (Acrescido pela Lei Complementar nº 347/2001)
- h) prestar os serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos e pastosos. (Acrescido pela Lei Complementar nº 347/2001)
- i) firmar convênio ou consórcio, com particulares ou outros Municípios, para execução dos serviços de tratamento do lixo ordinário produzido noutros Municípios; (Acrescido pela Lei Complementar nº

347/2001)

j) firmar convênio ou consórcio, com particulares ou outros Municípios, para execução dos serviços de tratamento ou disposição final do lixo ordinário e outros produzidos no Município de Blumenau. (Acrescido pela Lei Complementar nº 347/2001)

k) executar os serviços de coleta, reciclagem e beneficiamento de materiais recicláveis diretamente ou por meio de convênios ou consórcios firmados com particulares ou entes da administração pública direta ou indireta do Município de Blumenau ou de outros Municípios, mediante repasse dos recursos provenientes da comercialização desses materiais; (Acrescido pela Lei Complementar nº 557/2005)

l) repassar recursos financeiros, a título de contribuições ou subvenções, consignados no orçamento ou mediante prévia autorização legislativa. (Acrescido pela Lei Complementar nº 557/2005)

m) conceder e fiscalizar os serviços de coleta, transporte e disposição final dos Resíduos da Construção Civil; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 1130/2017)

n) lançar, fiscalizar e arrecadar a tarifa de gestão do Sistema de Controle e Gerenciamento de Resíduos - SCGR e emissão de Controle de Transporte de Resíduos de Construção Civil. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 1130/2017)

Parágrafo Único. No caso de outorga a terceiros do serviço de esgotamento sanitário a que se refere a alínea "c" deste artigo, a cobrança da tarifa competirá ao SAMAE, que repassará ao concessionário o montante que lhe couber, nos termos definidos no edital de licitação e no respectivo contrato. (Acrescido pela Lei nº 695/2008)

**Art. 3º** ~~O SAMAE terá a seguinte organização:~~

~~a) Órgão Superior: Conselho Municipal de Engenharia Sanitária (C.M.E.S.);~~

~~b) Órgão Executivo: Diretoria Geral; (Revogado Pela Lei Complementar nº 67/1993)~~

**Art. 4º** ~~O Conselho Municipal de Engenharia Sanitária, órgão supervisor é superior do SAMAE, nomeado pelo Prefeito Municipal, reunir-se-á com a presença de no mínimo, 4, membros, deliberará por maioria de votos e terá a seguinte composição:~~

~~a) Prefeito Municipal, seu Presidente nato;~~

~~b) Diretor do SAMAE, secretário permanente do Conselho;~~

~~c) Um representante da Associação Comercial e Industrial;~~

~~d) Um representante da Fundação Serviço Especial de Saúde Pública;~~

~~e) Um representante da Associação de Engenheiros~~

~~f) Um representante da Câmara de Vereadores;~~

~~g) Um representante da Associação Médica;~~

~~h) um representante do 14º Distrito Federal de Obras de Saneamento. (Redação dada pela Lei nº 1406/1967)~~

§ 1º - A convite do Presidente, por indicação de qualquer membro do C.M.E.S., poderão tomar parte nas reuniões, com direito a discussão e informação, representantes e órgãos congêneres federais e estaduais, das associações de classe médica, de engenharia e ainda outras pessoas especialmente convidadas:

§ 2º - A nomeação dos membros do CM.E.S. com qualidade representativa será feita pelo prazo de dois (2) anos:

~~§ 3º - Os representantes e respectivos suplentes a que se referem as alíneas "c", "e", "f" e "g", deste artigo, serão indicados ao Chefe do Poder Executivo Municipal, em lista tríplice, pelos respectivos órgãos ou entidades:~~

~~§ 4º - O C.M.E.S. reunir-se-á sempre que for necessário, mas fará, ao mínimo, sessões trimestrais. (Revogado Pela Lei Complementar nº 67/1993)~~

**Art. 5º** ~~Compete ao Conselho Municipal de Engenharia Sanitária:~~

- ~~a) opinar sobre os planos gerais e programas anuais de trabalho do SAMAE;~~
- ~~b) opinar sobre o orçamento anual de receita e despesa do SAMAE;~~
- ~~c) examinar e aprovar os balancetes trimestrais, relatórios e prestações de contas anuais;~~
- ~~d) deliberar sobre as operações financeiras que forem necessárias à execução dos planos e programas aprovados;~~
- ~~e) deliberar sobre os termos de contratos, convênios e ajustes, propostos pelo Diretor do SAMAE, tarifas e contribuições de melhoria: (Revogado Pela Lei Complementar nº 67/1993)~~

**Art. 6º** ~~A Diretoria Geral é o órgão executivo do SAMAE, devendo sua organização ser fixada em regulamento interno aprovado por Decreto do Poder Executivo Municipal: (Revogado Pela Lei Complementar nº 67/1993)~~

**Art. 7º** ~~A Direção do SAMAE será exercida por um Diretor, de preferência engenheiro civil ou sanitarista, nomeado pelo Prefeito Municipal:~~

~~§ 1º - Poderá a Prefeitura Municipal, entretanto contratar a administração do SAMAE com uma organização especializada em Engenharia Sanitária, como a Fundação Serviço Especial de Saúde Pública ou órgão similar:~~

~~§ 2º - Compete ao Diretor, ou no caso do parágrafo anterior, à entidade administradora:~~

- ~~a) dirigir, orientar, controlar e fiscalizar o SAMAE;~~
- ~~b) representar o SAMAE, em juízo ou fora dele, pessoalmente ou por procuradores constituídos ou contratados;~~
- ~~c) admitir, contratar, promover, movimentar, punir, demitir e dispensar o pessoal do SAMAE;~~
- ~~d) autorizar a realização de concorrências públicas, coletas de preços, ajustes e acordos para fornecimento de materiais e equipamentos ou prestação de serviços do SAMAE e, bem assim, para a alienação de materiais e equipamentos desnecessários e inservíveis;~~
- ~~e) assinar os contratos, acordos, ajustes e autorizações relativas à execução de obras e outros serviços e o fornecimento de materiais e equipamentos necessários ao SAMAE, e autorizar os respectivos pagamentos;~~
- ~~f) promover a colaboração com a União e o Estado, entidades públicas ou privadas, para a realização de obras e serviços, aprovado e assinado os respectivos contratos ou convênios, estes com anuência ou "ad referendum" do órgão supervisor;~~

~~g) praticar todos os demais atos, não ressalvados expressamente para outros órgãos:~~

~~§ 3º - O Diretor Geral será diretamente responsável perante o Chefe do Poder Executivo Municipal por sua ação e por suas atividades no SAMAE:~~

~~§ 4º - Para compra, venda e contratação de serviços, será obedecido sempre o regime de concorrência e coleta de preços como segue:~~

~~a) compras, vendas ou serviços, de montante superior a 500 vezes o valor do salário mínimo regional: concorrência pública;~~

~~b) compras, vendas ou serviços, de montante superior a 80 vezes, até 500 vezes o valor do salário mínimo regional: concorrência administrativa;~~

~~c) compras, vendas ou serviços, de montante até 80 vezes o valor do salário mínimo regional: coleta de preços ou concorrência administrativa;~~

~~d) será obrigatória, em se tratando de coleta de preços para aquisição de material ou contratação de obras e serviços, de montante superior a 5 vezes o valor do salário mínimo regional, a obtenção de propostas por escrito, em número não inferior a três (3) ressalvado e disposto no § 5º deste artigo:~~

~~§ 5º - A critério do C.M.E.S., mediante proposta devidamente justificada do Diretor do SAMAE, poderão ser dispensadas as concorrências, fazendo-se a aquisição ou contratação por meio de coleta de preços:~~

~~a) quando se tratar de aquisição de material ou execução de serviços que por circunstâncias especiais ou imprevistas forem considerados de caráter urgente;~~

~~b) quando se tratar de materiais ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo;~~

~~c) quando não houver acudido nenhum proponente à solicitação anterior. (Revogado Pela Lei Complementar nº 67/1993)~~

**Art. 8º** O patrimônio inicial do SAMAE será constituído de todos os bens móveis, imóveis, instalações, títulos, materiais e outros valores próprios do Município, atualmente destinados, empregados e utilizados nos sistemas públicos de água e esgotos sanitários, os quais lhe serão entregues sem qualquer ônus ou compensações pecuniárias.

**Art. 9º** A receita do SAMAE provirá dos seguintes recursos:

a) do produto de quaisquer tributos e remunerações decorrentes diretamente dos serviços de água e esgoto, tais como: tarifas de água e esgoto, instalação, reparo, aferição, aluguel e conservação de hidrômetros, serviços referentes a ligações de água e esgoto, prolongamento de redes por conta de terceiros, multas, etc.

b) de taxas de contribuição que incidirem sobre terrenos beneficiados com os serviços de água e esgotos;

c) da subvenção que lhe for anualmente consignada no orçamento da Prefeitura;

d) dos auxílios, subvenções e créditos especiais ou adicionais que lhe forem concedidos, inclusive para obras novas, pelos Governos Federal, Estadual e Municipal, ou por organismos de cooperação internacional;

e) do produto de juros sobre depósitos bancários e outras rendas patrimoniais;

f) do produto da venda de materiais inservíveis e da alienação de bens patrimoniais que se tornam desnecessários aos seus serviços;

g) do produto de cauções ou depósitos bancários que reverterem aos seus cofres por inadimplemento contratual;

h) de doações, legados ou outras rendas que, por sua natureza ou finalidade, lhe devem caber.

i) da taxa decorrente dos serviços de coleta, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos urbanos. (Redação dada pela Lei Complementar nº 347/2001)

j) da tarifa e multas decorrentes dos serviços de gestão e fiscalização da coleta, transporte e destinação final de Resíduos de Construção Civil. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 1130/2017)

Parágrafo Único. Mediante previa autorização do Prefeito Municipal, e ouvido o C.M.E.S., poderá o SAMAE realizar operações de crédito para antecipação de receita ou para obtenção de recursos necessários à execução de obras de ampliação ou remodelação dos sistemas de água e esgoto.

**Art. 10 -** A classificação dos serviços de água e esgoto, as taxas respectivas e as condições para a sua concessão serão estabelecidas em regulamento.

~~Parágrafo Único. As tarifas serão fixadas sob proposta do Diretor e aprovação prévia do C.M.E.S., em termos de percentuais sobre o valor do salário mínimo da região, calculados de modo a assegurar, em conjunto com outras rendas, a auto-suficiência econômico-financeira do SAMAE: (Revogado pela Lei nº 2078/1975)~~

**Art. 11 -** Serão obrigatórios, nos termos do Art. 36 do Decreto Federal nº 49.974/A de 21/1/1961, os serviços de água e esgoto nos prédios considerados habitáveis, situados nos logradouros dotados das respectivas redes.

**Art. 12 -** Os proprietários de terrenos baldios, loteados ou não, situados em logradouros dotados de redes públicas de distribuição de água ou de esgotos sanitários, desprovidos das respectivas ligações, ficarão sujeitos ao pagamento de uma taxa de contribuição, na forma a ser fixada em regulamento.

**Art. 13 -** É vedado ao SAMAE conceder isenção ou redução de taxas e ou tarifas dos serviços de água ou esgotos, sob quaisquer formas ou a qualquer título.

**Art. 14 -** O SAMAE terá quadro próprio de empregados, os quais ficarão sujeitos ao regime de emprego previsto na Consolidação das Leis do Trabalho.

**Art. 15 -** Aplicam-se ao SAMAE, naquilo que disser respeito aos seus bens, rendas e serviços, todas as prerrogativas, isenções, favores fiscais e demais vantagens que os serviços municipais gozem e que lhes caibam por lei.

~~**Art. 16 -** A Diretoria Executiva do SAMAE submeterá, anualmente, à apreciação do Conselho Municipal de Engenharia Sanitária (C.M.E.S.), com cópia para o Prefeito Municipal, o relatório de suas atividades: (Revogado pela Lei Complementar nº 67/1993)~~

**Art. 17 -** A Prefeitura Municipal deverá correr com as despesas de instalação do SAMAE.

Parágrafo Único. Fica o Prefeito Municipal autorizado a abrir crédito especial para atender ao disposto neste artigo.

**Art. 18 -** ~~As ligações de água somente poderão ser requeridas pelo proprietário do imóvel, em cujo nome será extraída a conta e a quem cabe a responsabilidade da ligação.~~

**Art. 18 -** Caberá ao proprietário do imóvel ou ao detentor, a qualquer título, de sua posse, solicitar ao SAMAE, por escrito, as ligações definitivas de água e esgoto. (Redação dada pela Lei nº 1927/1973)

**Art. 19 -** O Serviço de água será cortado, sem qualquer aviso prévio ao usuário, desde que este deixe de pagar, dentro de 30 dias após a data do vencimento, a sua conta.

**Art. 20 -** A cobrança da dívida do SAMAE será feita por ação executiva, na forma de Decreto-federal nº 960, de 17 de novembro de 1938, independentemente da faculdade de se cortar o fornecimento dos serviços de água.

**Art. 21 -** Nenhuma ligação para prestação dos serviços de água será feita sem que previamente o consumidor tenha instalado hidrômetro, devidamente aferido pelo SAMAE.

**Art. 22 -** O Prefeito Municipal expedirá os atos necessários à completa regulamentação da presente lei.

Parágrafo 1º - A regulamentação de que trata este artigo compreenderá o regulamento dos serviços de água e esgotos, o regulamento das tarifas e taxas de contribuição e o regimento interno do SAMAE.

Parágrafo 2º - Fica estabelecido o prazo máximo de 60 dias, a contar da data da vigência desta lei, para a aprovação do regulamento dos serviços de água e esgotos.

**Art. 23 -** As atuais tarifas permanecerão até que se fixem os novos valores, pelo SAMAE, nos termos do Art. 10 e seu parágrafo.

**Art. 24 -** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, e, especialmente, as lei que fixam os valores das taxas de água e que concedem isenções ou regalias.

Prefeitura Municipal de Blumenau, em 11 de agosto de 1966.

CARLOS CURT ZADROZNY  
Prefeito Municipal

Esse conteúdo não substitui o publicado no Diário Oficial do Município.

*Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 17/07/2017*